

# DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA EM TERRITÓRIOS CONFLAGRADOS: A AUSÊNCIA DE POLÍTICAS E A INAÇÃO DO ESTADO

Elaine de Oliveira Ferreira<sup>1</sup>

Flávia MB Araujo<sup>2</sup>

## Introdução

A educação escolar é um dos direitos sociais fundamentais estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. Entretanto, em que pese as determinações normativas (Brasil, 1996; Brasil, 2014), a garantia deste direito ainda não se materializou para todos. Há parcelas da população em nosso país que demandam por uma educação básica de qualidade, em especial, aquelas que habitam regiões periféricas das cidades destituídas de condições dignas de saneamento, pavimentação, moradia e segurança. Nos referimos às favelas onde a ação coercitiva de traficantes e ou milicianos impacta o funcionamento de instituições públicas, entre elas, as escolas.

Nesta perspectiva, considerando a importância da educação para promoção da cidadania, quais os grandes desafios enfrentados pelos professores que trabalham nestes territórios? Este estudo busca debater os desafios e as dificuldades vivenciadas por docentes de Educação Física que atuam em escolas localizadas em regiões conflagradas. Neste texto, apresentamos algumas reflexões elaboradas em nossa pesquisa de doutorado que teve como foco as práticas docentes em regiões impactadas pela violência e interferências coercitivas de poderes paralelos.

A realização da investigação envolveu diferentes etapas, tais como a revisão da literatura, a pesquisa documental e de campo. Foram entrevistados profissionais de escolas situadas em regiões identificadas como as mais violentas da cidade de Niterói

---

<sup>1</sup> Doutoranda e Mestre em Educação Pela Universidade Federal Fluminense-UFF. Atua como Orientadora Educacional na SME da Prefeitura Municipal de São Gonçalo-RJ. NUGEPPE/UFF/CNPq. [elaineof19@hotmail.com](mailto:elaineof19@hotmail.com).

<sup>2</sup> Professora do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal Fluminense ( FEUFF, PPGE/UFF). Coordenadora NUGEPPE/UFF/CNPq. [flaviamonteiro@id.uff.br](mailto:flaviamonteiro@id.uff.br).

(RJ), lócus do estudo. Neste texto, trazemos relatos de docentes sobre os riscos, os desafios e os enfrentamentos diários. O estudo destaca a ausência de políticas públicas que orientem e protejam esses docentes em exercício nestas regiões da cidade.

## **Desenvolvimento**

A violência, o silêncio e o medo marcam o funcionamento das escolas situadas na “linha de fogo” . No dia a dia, estas unidades enfrentam dificuldades para realizar atividades rotineiras. Ilustrando a ideia, citamos o crescente o número de escolas que interrompem suas atividades, em decorrência das ações e imposições de poderes paralelos e da repressão policial efetivada pelo Estado. Este clima de guerra traz consequências para a educação das crianças.

Nestes contextos, as aulas de Educação Física são particularmente afetadas, pois ocorrem em espaços abertos, como quadras e são mais vulneráveis. Os desafios dos profissionais são inúmeros e afetam a autonomia, mas também motivam estratégias de resistência pelos docentes.

Quando se trata da Educação Física, em escolas conflagradas, o corpo que é exercitado nas aulas é o mesmo que transita nas ruas, em meio aos tiroteios. Um corpo subalternizado que sofre os impactos das ações e coerções dos poderes paralelos, tais como milícias, tráfico e forças policiais.

Na investigação que desenvolvemos, realizamos entrevistas semiestruturadas com docentes de Educação Física de cinco escolas de áreas violentas da cidade de Niterói (RJ). Registramos os relatos sobre as invasões nas favelas, o desrespeito da polícia, do tráfico em relação aos próprios moradores e ainda, sobre a ausência e inação do estado. Estas circunstâncias afetam a vida dos habitantes, impactam a formação e a subjetividade das crianças, assim como os processos de ensino e aprendizagem. É difícil estudar quando todos precisam se abrigar no corredor, embaixo das carteiras, nas vigas de concreto. As experiências escolares não estão isentas daquilo que acontece fora da escola, dos conflitos, do medo que caracteriza a vida nesses locais.

Na fala dos docentes, sobressai os sentimentos de desproteção e de medo. Um dos entrevistados - o Prof. 3 que atua há mais de 20 anos na escola - tem a percepção de que há vários tipos de violência e se sente inseguro durante todo o tempo. Outro docente (Prof. 4) assinala que não há um plano de fuga para circunstâncias emergenciais e nenhum tipo de preparação, de protocolo do Estado para apoiar os profissionais que ali atuam. Os

professores observam os desafios e enfrentamentos, além da escassez de políticas e os programas que apoiem e formem os profissionais que atuam nestes territórios:

Aqui na escola a gente tá muito sozinho. Não temos uma Política Pública atuando na região, então é um posto de saúde que não funciona, um CRAS que não funciona, não tem aqui. Estamos muito solitários aqui, a escola está resistindo aqui sozinha a todos esses eventos. (...). Não existe Política Pública aqui dentro, nem os órgãos centrais querem vir aqui. Perguntam como é que tá, se podem subir, com carros oficiais, e nós utilizamos nossos carros pessoais para vir. Eles não estão aqui todos os dias, sabem via telefone o que acontece na escola, mas estar aqui, é um desafio pra eles e pra gente. [prof 4]

Além do medo, há a solidão dos professores. Há um estado que diante da violência, dos confrontos na porta de tantas escolas, não age, não articula protocolos nem políticas.

O Prof. 3 relata a triste ocorrência de um corpo na porta da escola, fato esse que não é estranho para moradores e profissionais da educação no Estado do Rio de Janeiro. Segundo o Prof. 4, a morte é uma notícia recorrente e que essa é uma experiência de profundo medo, tanto deles, como dos estudantes.

De um modo geral, há a constatação de que os fatores educacionais que envolvem a formação do indivíduo não são isentos dos impactos causados pelas violências extremas vivenciadas nestes territórios. Entretanto, instaurada a barbárie, o Estado, indiretamente, fortalece a própria violência pela falta de políticas públicas.

Todos os professores apontaram a incidência de uma verdadeira guerra instaurada a ponto do Prof. 2 afirmar que “já invadiram minha aula, pediram para eu tirar as crianças e apitar o jogo deles”, fazendo referência a narcotraficantes que invadiram a escola no tempo de aula. Sobre os receios e riscos, o Prof. 3 disse que todos têm medo de ser mortos, pois isso já aconteceu e acontece cotidianamente em circunstâncias de conflito.

Conforme o Prof. 1, há intervenção de narcotraficantes no interior da escola e nas aulas de Educação Física, pois eles invadem em circunstâncias de operação policial, como também, quando querem utilizar a quadra para jogar bola. Em sua fala, ele afirma que “não se tem o que fazer, isso angustia a gente”, destacando a passividade como necessária para autopreservação, pois, qualquer atitude que intimide os traficantes pode ter consequências diversas.

O Prof. 2 assinala ainda que “lá na outra escola (...) eu consigo ainda negociar(...), acho isso muito ruim. Ter que negociar!”. A narrativa do professor traz o cotidiano de escolas que vivem circunstâncias semelhantes.

O Prof. 3 afirma que “começou o tiroteio e eu chamei todo mundo para a parede de cá”, demonstrando o quanto o perigo assombra o cotidiano da escola e o imaginário desses alunos. O estresse afeta a todos, especialmente aos professores que atuam na área externa da escola quando dão suas aulas.

Vale também o destaque do Prof. 4 que quando vê o Caveirão na entrada da comunidade, já alerta os profissionais para que as aulas sejam suspensas ou as atividades fiquem restritas às salas de aula. O cenário de insegurança incide nas relações de ensino aprendizagem. Faltam protocolos de segurança que não são viabilizados pelo poder público.

As observações de campo demonstraram que em determinadas escolas, além do risco que envolve a integridade física dos estudantes e professores, há também a impossibilidade de uso do espaço, que é por direito destinado aos alunos, por imposição do narcotráfico. Em uma das escolas pesquisadas, os traficantes invadiram a aula de Educação Física, determinando que as crianças saíssem e pediram para o professor apitar o jogo deles.

Cabe destacar que tais controles e coerções afetam o espaço escolar e a práxis pedagógica dos Professores de Educação Física, afetando a autonomia docente. Dependendo do que ocorre no entorno, as atividades pedagógicas podem ser abaladas, deixando a escola vulnerável às imposições não oficiais. De acordo com Contreras (2002, p. 296): [...] a autonomia consiste na consciência sobre a docência, sobre o fazer e sobre o ser professor, mas, ainda, sobre o sentido do ensino e da educação na sociedade.

Importa, portanto, considerar as especificidades e dinâmicas dos processos educacionais nestes espaços. Pois ainda que exista a consciência crítica sobre docência, sobre ser professor, o território pode comprometer o desenvolvimento do trabalho docente.

## **Conclusões**

Consideramos desafiador o enfrentamento das violências e a fragilidade dos espaços destinados às aulas práticas de Educação Física. A Educação Física, como

disciplina obrigatória do currículo da educação básica, com inúmeras contribuições para a formação escolar, está sob ameaça, devido às violências que se impõem. Isso porque, a atuação dos poderes paralelos e do próprio Estado, afeta diretamente o espaço escolar e, conseqüentemente, a práxis pedagógica dos Professores de Educação Física. Implicando na diminuição da autonomia dos professores, apesar do caráter resistente desses profissionais que permanecem trabalhando e não desistem das crianças e suas escolas.

Apesar deste estudo não estar centrado na questão das políticas de segurança pública, identificamos que a sua falta vem impactando o trabalho não só dos professores de Educação Física, mas de todo corpo docente. Tal informação é relevante, visto que a falta de políticas públicas afeta rigorosamente o processo educacional.

### **Referências**

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 46. ed. Brasília, DF: Senado Federal, 2014.

CONTRERAS, José. **Autonomia de professores**. Trad. Sandra Trabuco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2002. 296p. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 66, p. 327-332, out./dez. 2017 p. 327.